

Homenagem a Allende, "um homem que vai viver para sempre"

Plenário do Senado lembra centenário de nascimento do ex-presidente chileno Salvador Allende, morto no golpe militar que, em 11 de setembro de 1973, levou Pinochet ao poder. **3**



Salvador Allende caminha com a esposa Hortensia em Santiago, em 4 de setembro de 1970, meses antes da posse

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.884 – Brasília, quinta-feira, 18 de setembro de 2008

Pode valer em 2009 a licença de seis meses para nova mãe

Depende da inclusão de R\$ 340 milhões em renúncia fiscal na proposta orçamentária a antecipação para 2009 da possibilidade de concessão de licença-maternidade de seis meses pelas grandes empresas. A lei que amplia o prazo do benefício é de autoria de Patrícia Saboya. **2**

A importância de novas regras para estágio

O senador Renan Calheiros destacou o mérito do projeto que regulamenta o estágio profissional. A proposta de Osmar Dias – que garante pelo menos um salário mínimo ao estagiário – aguarda apenas a sanção presidencial para se transformar em lei. **6**

Projeto de Papaléo visa reduzir infecção hospitalar

Papaléo Paes pediu a votação de projeto que obriga os serviços de saúde a manter um programa de controle de infecções hospitalares. Em média, cada infecção acrescenta cinco a dez dias ao período de internação, além de elevar os custos médicos e causar mortes, explicou. **6**

O caso dos grampos

Jobim e Félix divergem sobre equipamentos

Lacerda diz que não há provas contra Abin

Senadores querem saber qual é o papel da agência

Os ministros da Justiça, Nelson Jobim, e do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Félix, voltaram a divergir ontem sobre a suposta capacidade de equipamentos da Abin de fazer escutas telefônicas. O diretor afastado da Abin, Paulo Lacerda, disse que não há provas de que a agência grampeou conversas. Os senadores Eduardo Suplicy e Alvaro Dias questionaram o papel da Abin. **4 e 5**



J. Freitas

Paulo Lacerda (E), general Jorge Félix, senador Heráclito Fortes e deputado Marcelo Itagiba ouvem Luiz Fernando Corrêa na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, onde também depôs o ex-agente Francisco Ambrósio do Nascimento (foto menor)



Leopoldo Silva

Antecipação do prazo de vigência de benefício depende da inclusão de R\$ 340 milhões em renúncia fiscal no Orçamento do ano que vem

Licença-maternidade maior pode valer em 2009

A CONCESSÃO DA licença-maternidade de seis meses pelas empresas que optarem pela ampliação do prazo pode começar a valer ainda em 2009, um ano antes do esperado, caso seja bem-sucedido o esforço para a inclusão de R\$ 340 milhões em renúncia fiscal na proposta orçamentária do próximo ano. Apresentada pela senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), emenda com esse objetivo consta da lista de propostas de modificação ou renúncia de receitas referentes ao projeto orçamentário recebido pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Como previsto na Lei 11.770/08, as empresas que decidirem pela concessão de mais dois meses de licença-maternidade podem abater do Imposto de Renda (IR) a remuneração integral paga à funcionária no período adicional. Para que isso ocorra, no entanto, o Orçamento precisa



Patrícia Saboya é autora do projeto que se transformou em lei e também de emenda

trazer a estimativa de renúncia de receita correspondente. Após veto do presidente da República a dispositivo do projeto que deu origem à lei, a adesão ficou limitada a empresas tributadas no lucro real, ou seja, apenas a grandes empresas.

O prazo de apresentação de emendas às receitas previstas pelo Executivo no projeto orçamentário de 2009 terminou

na terça-feira passada. Ainda sem o balanço final das propostas apresentadas, o relator de Receita, deputado Jorge Khoury (DEM-BA), disse ontem que emendas na modalidade de renúncia fiscal dificilmente são aproveitadas no relatório de reestimativa de receita. No entanto, ele mostrou evidente simpatia pela proposta da senadora Patrícia Saboya.

Regra na LRF

Para cumprimento de disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00), a lei que amplia a licença-maternidade prevê regra que, em princípio, empurra para a proposta orçamentária de 2010 o benefício. Conforme o dispositivo, o Executivo deve estimar o montante

da renúncia fiscal e incluir o valor em demonstrativo que acompanhar o projeto de lei orçamentária que for enviado ao Congresso depois de 60 dias de publicação da lei. Ocorre, no entanto, que a lei foi publicada em 9 de setembro, quando o projeto do Orçamento de 2009 já estava no Congresso.

Patrícia Saboya não vê esse descompasso de prazos como um obstáculo insuperável. De acordo com informações de sua assessoria, ela também pretende negociar com os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e assim garantir apoio também do Executivo para antecipar a vigência da licença-maternidade de seis meses.

Admissibilidade

Antes do exame de mérito a cargo de Jorge Khoury, as

emendas às receitas da proposta orçamentária devem ser avaliadas pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas, que funciona no âmbito da CMO. O objetivo é saber se cumprem os requisitos de admissibilidade. Em seguida, serão avaliadas pelo conjunto dos membros do Comitê de Receita, para depois passar por exame final de toda a comissão.

Uma das seis emendas que já haviam sido passadas às mãos de Khoury, assinada pelo deputado João Dado (PDT-SP), prevê renúncia fiscal de R\$ 150 milhões para incluir filhos em gestação no rol de dependentes que possibilitam aos contribuintes responsáveis deduzir despesas na base de cálculo do Imposto de Renda. O projeto, do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), foi aprovado no Senado e agora está sendo analisado pela Câmara dos Deputados.

Primeira reestimativa de receitas será apresentada em outubro

O relator de Receitas do projeto orçamentário de 2009, deputado federal Jorge Khoury (DEM-BA), declarou ontem que a primeira reestimativa da arrecadação para o próximo ano será apresentada no início de outubro à Comissão Mista de Orçamento. Até lá, conforme o relator, deve haver dados mais consistentes para a revisão das previsões do Executivo, inclusive por conta de possíveis impactos internos da crise financeira que se alastra pelo mundo depois de recentes quebras de bancos nos Estados Unidos.

Khoury observou que, entre os "fatos novos" a serem considerados está o anúncio do crescimento econômico registrado pelo Brasil no segundo trimestre deste ano – com expansão de 6,1%, acima das expectativas. Além disso, ele cita o aumento da taxa básica de juros e a desvalorização do real diante do dólar, bem como o fato de estar sendo esperada para a próxima semana uma nova reestimativa do Executivo para a arrecadação deste ano, o que formará uma base de projeção mais exata para o próximo exercício.

– Tudo isso acrescenta dados novos, alguns positivos e outros negativos, que precisam ser analisados – argumentou.

O deputado assinalou que a desvalorização do real pode trazer mais alento às exportações e, em consequência, novo estímulo ao crescimento. Khoury citou o preço do barril de petróleo como um dos itens que precisam ser reavaliados. Depois de chegar a mais de US\$ 100 no início do ano, a cotação do barril agora se aproxima dos US\$ 90 e, segundo o relator, pode cair a um nível muito menor que o previsto pelo Executivo – e isso afetaria, para baixo, a arrecadação de *royalties* da produção nacional.

Votação

Khoury acredita que o relatório da primeira reestimativa estará pronto para ser votado em 14 de outubro na Comissão de Orçamento, como previsto. Os recursos da reestimativa servem de base para a inclusão de novas despesas no Orçamento, por meio das emendas coletivas e propostas do relator-geral. Segundo Khoury, a reavaliação



Relator de Receitas, deputado Jorge Khoury reúne-se com assessores do Orçamento na Consultoria da Câmara

deve ficar dentro das margens aprovadas pelo Congresso Nacional nos anos anteriores – em números que, como salientou, estão "sempre mais próximos da arrecadação efetiva do que as estimativas do Executivo". No ano passado, o Congresso ampliou em R\$ 13,8 bilhões as receitas previstas pelo governo para 2008.

A votação da primeira reestimativa antecede a apresentação do Relatório Preliminar do relator-geral – cargo ocupado

este ano pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS). Entre outras questões, o Relatório Preliminar fixará regras complementares para a apresentação de emendas às despesas, além das que constam da Resolução nº 1, de 2006, que orienta a tramitação da peça orçamentária. Uma segunda reestimativa é prevista para depois da votação dos relatórios setoriais.

O projeto orçamentário para 2009 (PL 38/08-CN) chegou ao Congresso no final de agosto,

com receita global estimada em R\$ 808,9 bilhões. Nesse total, estão compreendidos os impostos e as contribuições administrados pela Receita Federal (R\$ 526,6 bilhões) e as contribuições arrecadadas pela Previdência Social (R\$ 187,8 bilhões), entre outras receitas. Depois das transferências constitucionais para estados e municípios, resta uma previsão líquida de R\$ 662,3 bilhões, para cobrir as despesas regulares dos três Poderes e, ainda, os investimentos.

TV Senado chega a Natal em sinal aberto

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, deverá inaugurar hoje, às 11h, a TV Senado em canal aberto na cidade de Natal. Essa será a oitava repetidora da TV Senado em canal aberto no país. A emissora vai funcionar nas dependências da TV Universitária de Natal, órgão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e ocupará o canal 52.

A solenidade de inauguração ocorrerá no auditório da

Escola de Música da UFRN. Deverão comparecer o reitor da Universidade, José Ivonildo Rego, e várias autoridades do estado, entre elas a governadora Wilma Maria de Faria e o prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves.

A TV Senado já opera em sinal aberto – em Ultra High Frequency (UHF) – em Brasília (canais 51 e 36), Manaus (canal 57), Recife (canal 55), Fortaleza (canal 43), Salvador (canal 53)

e João Pessoa (canal 40).

Até o início do próximo ano, o presidente do Senado pretende inaugurar as repetidoras da TV Senado em sinal aberto no Rio de Janeiro (dois canais), Maceió, Cuiabá e Rio Branco.

A transmissão da TV Senado em sinal aberto faz parte de uma estratégia adotada pela Mesa do Senado para permitir que amplas camadas da população possam acompanhar os trabalhos legislativos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Às 10h, será realizada sessão especial para comemorar os 43 anos de criação da profissão de administrador. Às 14h, haverá sessão não-deliberativa.



Suplicy: "Allende não nos deixará enquanto houver uma só pessoa sonhando com um mundo melhor"

Cristovam: "A capacidade de sonhar é que fez dele [Allende] o homem que vai viver para sempre"



Senadores homenageiam memória de Allende

O PLENÁRIO DO Senado homenageou ontem o centenário de nascimento do ex-presidente chileno Salvador Allende. Para os senadores que discursaram, Allende, nascido na cidade de Valparaíso em 26 de junho de 1908, foi um dos mais importantes personagens da América Latina no século 20. Em 11 de setembro de 1973, o governo democraticamente eleito da coalizão de esquerda Unidade Popular, de Allende, foi interrompido por um golpe militar. Com a morte do presidente em circunstâncias não esclarecidas, começou a ditadura do general Augusto Pinochet, que durou 17 anos e foi responsável por mais de 3 mil assassinatos e pelo desaparecimento de mais de mil cidadãos chilenos.

– A capacidade de sonhar é que fez dele o mártir, o herói, um homem que vai viver para sempre, um homem como poucos na história do mundo e, especialmente, do nosso continente – afirmou Cristovam Buarque (PDT-DF), um dos oradores da sessão do Senado.

Muito emocionado, Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que a morte de Allende foi uma "enorme tristeza" para os brasileiros.

– No Brasil, a notícia se espalhou como um raio de extraordinária tristeza. Allende morreu junto com a democracia, que, naquele momento também saía da vida chilena – disse Suplicy.

Na opinião do senador, os apoiadores da ditadura chilena são "assassinos de seu próprio país, traidores do seu povo, que carregam essa suprema vergonha por onde andam".

Já Allende, o primeiro socialista latino-americano a chegar à Presidência pelo voto popular, acrescentou Suplicy, é homenageado até hoje em diversos países, inclusive na capital francesa, onde há cinco anos a Praça Santiago de Chile foi rebatizada com seu nome.

– Os chilenos têm razão: Allende vive, ele está entre nós, e não nos deixará enquanto houver uma só pessoa, um só homem, uma só mulher sonhando com um mundo melhor e mais generoso – afirmou Suplicy, lembrando que Allende foi deputado, senador, presidente do Senado chileno e ministro da Saúde daquele país antes de tornar-se presidente.

Cristovam Buarque registrou ainda que, na Alameda dos

Próceres, em Brasília, existe um busto em homenagem ao ex-presidente chileno e que outros bustos e estátuas de Allende estão espalhados por ruas e praças de todo o globo.

Para Cristovam, Allende era um homem de diálogo, que enxergava a política como um instrumento para a "realização de um sonho". Segundo o senador, o ex-presidente chileno é um cidadão de todo o continente latino-americano.

Em aparte a Cristovam, o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) lembrou que o golpe militar no Chile foi apoiado, como tantos outros golpes na América do Sul, pelo governo dos Estados Unidos, principalmente pelo Departamento de Estado e pela CIA – o serviço de inteligência norte-americano. Na opinião de Jarbas Vasconcelos, a grandeza de Allende como político, homem e médico "ultrapassou todas as fronteiras", tornando-o um dos maiores estadistas da América Latina.

– Quem derrubou Salvador Allende foram os Estados Unidos.

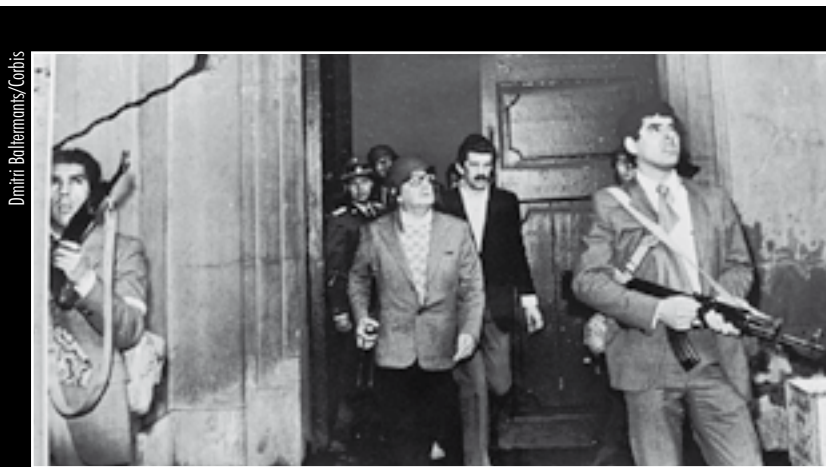
Não fosse o papel pernicioso da CIA e do Departamento de Estado, talvez Salvador Allende, com a força e a competência que tinha, a sensibilidade, a dimensão que lhe era peculiar, tivesse vencido tudo

aquilo e tivesse contornado os problemas no Chile – ressaltou Jarbas Vasconcelos.

Na presidência dos trabalhos, Papaléo Paes (PSDB-AP) frisou que o político chileno foi sempre fiel aos princípios da juventude e nunca "perdeu a capacidade de indignar-se" perante as injustiças sociais da América Latina.

– Ele vive numa América Latina que se esforça por construir regimes verdadeiramente democráticos. Ele vive numa América Latina comprometida com a superação da desigualdade, com a abertura de oportunidades para as massas tradicionalmente submetidas à mais abjeta exploração. Seu sacrifício não foi em vão! – concluiu Papaléo Paes.

Participaram da homenagem o embaixador do Chile no Brasil, Álvaro Díaz Pérez, e outros representantes do corpo diplomático. A sessão foi requerida por Aloizio Mercadante (PT-SP), que não pôde participar do evento, mas teve a iniciativa homenageada pelos senadores.



Última foto de Allende (de capacete e óculos) tirada na saída do palácio presidencial de La Moneda, antes de sua morte em decorrência do golpe militar de Pinochet



Militares cercam o Palácio La Moneda às 8h de 11 de setembro de 1973. Às 9h a Guarda Presidencial traiu a Constituição e o presidente, unindo-se aos golpistas



Cenas do golpe chileno de 11 de setembro de 1973: milhares de presos em todo o país e assassinatos em massa na mais cruel repressão da América do Sul

"Eles têm a força, poderão submeter-nos, porém não deterão os processos sociais nem com crimes nem com a força"

(Últimas palavras de Allende transmitidas por rádio durante o golpe)

Com o golpe de 1973 têm início os 17 anos de ditadura militar e a perseguição, nas ruas de Santiago, a partidários do presidente deposto



Nacionalização e reformas na origem do golpe

Salvador Allende estudou medicina na Universidade do Chile e foi um dos fundadores do Partido Socialista Chileno, do qual fez parte até 1946. Em 1937, foi eleito deputado e, dois anos depois, nomeado ministro da Saúde, cargo que ocupou até 1942. Em 1945, foi eleito senador, função que exerceu por 25 anos.

Derrotado três vezes nas eleições presidenciais, conseguiu eleger-se em 1970, como candidato de uma coligação de esquerda, a Unidade Popular.

Na Presidência, nacionalizou as minas de cobre, principal riqueza do Chile, transferiu para o Estado o controle das minas de carvão e dos serviços de telefonia, e fez a reforma agrá-

ria. Seu projeto de implantar o socialismo provocou a oposição da direita chilena e do governo norte-americano, cujas tentativas de desestabilizar o Chile foram por ele denunciadas às Nações Unidas em 1972.

Allende morreu no palácio presidencial durante o golpe de 1973, de forma ainda não esclarecida.

Jonas Pereira

Jonas Pereira

Dimitri Bellemains/Corbis

Honacio Velaboboy/Corbis

Domínio Público

Arquivo Fundación Salvador Allende

Em depoimento prestado a comissão do Congresso Nacional, dirigente afastado diz ser normal o fato de agência ter cedido alguns de seus servidores para ajudar a Operação Satiagraha, da Polícia Federal, acrescentando que essa instituição faz parte do sistema de inteligência do país

Ministros mantêm divergência sobre equipamentos

Em depoimentos prestados ontem em horários e comissões diferentes, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix, mostraram que continuam divergindo na condução da crise desencadeada com a denúncia de que agentes da Abin participaram de interceptações telefônicas.

Na Câmara, durante reunião da CPI das Escutas Telefônicas Clandestinas, Jobim manteve as informações de que o equipamento adquirido pela Comissão de Compras do Exército Brasileiro em Washington (EUA) para a Abin pode fazer interceptações, fato negado pelo general. O ministro também negou que tenha recebido o laudo de perícia dos equipamentos, como afirmou Félix na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Há uma contraposição no governo entre o Ministério da Defesa e o GSI e a Polícia Federal e a Abin – apontou o presidente da CPI da Câmara, Marcelo Itagiba (PMDB-RJ). Ele acredita que uma agravante possa ser o fato de Jobim ter sido um dos responsáveis pela decisão do presidente da República de afastar a direção da Abin durante as investigações da participação da agência em interceptações telefônicas.

O ministro entregou à CPI uma lista de equipamentos comprados pelo Exército a pedido da Abin. Foram adquiridos aparelhos como o OSC-5000 Omni – Spectral Correlator; o NJE-4000 Orion não linear Function Evaluator NLJD; e o sistema Stealth LPX Global Intelligence Surveillance System, que permitiria interceptar escutas telefônicas, internet e e-mails. (Com informações da Agência Câmara.)

Lacerda afirma que não há provas de que Abin fez escuta telefônica

O DIRETOR-GERAL AFASTADO da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Paulo Lacerda, afirmou ontem à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) que ninguém tem provas de que a agência foi a responsável pelas gravações telefônicas que teriam sido feitas durante a Oper

ação Satiagraha, da Polícia Federal. Entre as interceptações, estava a de uma conversa entre o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, e o senador Demostenes Torres (DEM-GO).

Para Lacerda, o maior exemplo de que inexistem provas é que a própria revista *Veja* – responsável

pela publicação da matéria com informações sobre os grampos telefônicos – não apresentou a gravação. Ele disse considerar normal o fato de a agência de inteligência ter cedido alguns de seus quadros funcionais para ajudar e apoiar a Polícia Federal na operação. Afinal de contas, observou Lacerda, todos

são funcionários públicos.

– Entendo que foi uma decisão acertada da Abin apoiar a Polícia Federal, que também faz parte do sistema de inteligência do país – salientou.

O presidente da comissão mista, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), lembrou a existência de grampos

ilegais em todo o país e disse que há uma “caveira de burro enterrada dentro da Abin”, referindo-se às dificuldades enfrentadas pela agência.

Servidores

O diretor afastado do Departamento de Contra-Inteligência da

Abin, Paulo Maurício Fortunato Pinto, que também prestou depoimento, confirmou que a agência cedeu funcionários para trabalhar, por meio de escalas, na Operação Satiagraha.

Paulo Mauricio acrescentou que os pedidos partiram do delegado Protógenes Queiroz, responsável

pelas investigações. E declarou que a Abin cedeu equipes de funcionários, que variaram de quatro a oito pessoas, trabalhando em esquema de rodízio.

Outra autoridade a falar na comissão mista foi o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, gene

ral Jorge Armando Félix. Ele isentou a Abin de qualquer participação ilegal na operação e chegou a condenar os que defendem a extinção da agência. O general aconselhou os críticos a conhecerem melhor o trabalho da Abin a fim de que seja mais bem discutido o papel da instituição dentro do Estado brasileiro.



Na audiência da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, a partir da esquerda, Paulo Lacerda, diretor-geral afastado da Abin; Jorge Félix, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional; Heráclito Fortes, presidente do colegiado; Marcelo Itagiba, presidente da CPI das Escutas Telefônicas, da Câmara; e Luiz Fernando Corrêa, diretor-geral da PF

Ex-agente do SNI nega participação em grampo

O agente aposentado do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI) Francisco Ambrósio do Nascimento declarou à CCAI que não participou de qualquer operação de escuta telefônica no período em que trabalhou na Operação Satiagraha. A ação da Polícia Federal, que resultou na prisão do banqueiro Daniel Dantas, do investidor Najj Nahas e do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, foi deflagrada em 8 de julho.

Francisco Ambrósio informou ter atuado na operação como colaborador eventual da PF. Disse ainda que dava expediente no edifício-sede, em Brasília. A partir de 11 de abril, acrescentou, passou a trabalhar em outro prédio da PF, também na capital. Qualificou seu trabalho como burocrático, apenas separando mensagens eletrônicas coletadas nas investigações.

Cooperação informal é freqüente, diz diretor-geral afastado

No depoimento que prestou ontem à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, Paulo Lacerda afirmou ser freqüente a cooperação informal entre agências governamentais envolvidas em investigações policiais. Ele também apontou a descentralização da coordenação de operações, observando que muitas ações e procedimentos das investigações não chegam ao conhecimento da direção geral da Abin ou da Polícia Federal.

No mesmo sentido, o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, confirmou à comissão mista que os processos são descentralizados e as informações são prestadas diretamente às chefias imediatas. Ele afirmou, contudo, que as investigações sobre escutas telefônicas envolvendo autoridades estão identificando se houve irregularidade na realização de algum procedimento investigativo.

Em resposta ao presidente da

comissão mista, senador, Heráclito Fortes, o diretor-geral afastado da Abin informou que a Operação Satiagraha pode ter contado com a colaboração esporádica de mais de 50 servidores da agência, mas apenas poucas pessoas teriam atuado de forma permanente na operação.

– Acho que não há contradição nos depoimentos dados sobre essa questão, mas apenas confusão. Pode ter havido a participação de 52 ou 56 pessoas de forma pontual, mas apenas algumas delas atuaram de forma permanente – frisou Paulo Lacerda.

Prorrogação

Paulo Maurício Fortunato Pinto, diretor afastado do Departamento de Contra-Inteligência da Abin, relatou aos parlamentares o processo de solicitação de apoio da agência à Polícia Federal na Operação Satiagraha. Conforme explicou, a Abin disponibilizou uma média de oito servidores. Ele

negou informação de que tenha havido mais de 50 pessoas da Abin colaborando, ao mesmo tempo, com a operação. O diretor afastado acrescentou que a contribuição inicial da agência com a Polícia Federal era prevista para um prazo de 30 dias, mas foi prorrogada por outros períodos.

Após a apresentação de Paulo Maurício, Paulo Lacerda disse ter havido confusão com relação aos números de agentes da Abin na Operação Satiagraha. Ele opinou, no entanto, que, “se necessário fosse e se a Abin dispusesse de quadros”, não seria crime o órgão contribuir com 50 servidores em operação da Polícia Federal.

Documentos

O diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, afirmou desconhecer a informação de que

tenham chegado ao Brasil 250 caixas de documentos enviados pela polícia dos Estados Unidos sobre o envolvimento de Daniel Dantas na guerra pelo controle de empresas telefônicas, assunto investigado pela Operação Satiagraha. Corrêa respondeu a questionamento de Heráclito Fortes, que se referiu a entrevista dada pelo delegado Protógenes Queiroz, coordenador da operação. O delegado revela ter recebido a documentação, que trata de suposta contratação, por Dantas, de serviços de espionagem de empresas

de telefonias. Heráclito Fortes questionou o processo de entrada desses documentos no país e manifestou estranheza quanto ao desconhecimento a respeito da documentação por parte das autoridades brasileiras.

Senadores querem conhecer o verdadeiro papel da agência

Durante a reunião da comissão mista, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) questionou a verdadeira finalidade da Agência Brasileira de Inteligência. Ele destacou que considera fundamental para o Estado a existência de um sistema de inteligência, informação e contra-informação, mas observou ser importante discutir como esse sistema deve funcionar.

– Todos sabem a finalidade da Abin, mas não sabemos o que ela tem feito – argumentou o representante paranaense.

Alvaro contou que ouvira de um ex-presidente da República, cujo nome não revelou, que “nunca teria recebido informações úteis da agência” durante o período em que exerceu a Presidência. Essa declaração teria motivado o senador a questionar o papel desempenhado pela instituição.

O ministro-chefe do Gabinete

de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix, explicou que a agência de inteligência não realiza investigações. De acordo com ele, sempre que a Abin encontra indícios de um crime, essas informações são repassadas à Polícia Federal, cujas atribuições são investigar crimes e produzir provas.

– A Abin produz conhecimento; a polícia produz provas. A agência é muito incompreendida – observou Jorge Félix.

Segundo o general, a grande preocupação atual da Abin é proteger de espionagem e de sabotagem empresas brasileiras, a exemplo da Embrapa, bem como resguardar o conhecimento produzido no país. Félix convidou os parlamentares para conhecerem a sede da agência, o que foi aceito pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

– Quero de fato conhecer melhor a Abin para saber em que medida se justifica a existência da agência, o que foi mudado em profundidade depois que ela deixou de ser o SNI [Serviço Nacional de Informações, órgão que funcionou durante a ditadura militar]. Gostaria de saber sobre os serviços que a Abin tem prestado, seja para a Presidência, ao governo ou à nação brasileira – salientou o senador.

Banqueiro

Eduardo Suplicy também disse desejar saber em que medida a Polícia Federal tem avançado no inquérito sobre a atuação do banqueiro Daniel Dantas. O parlamentar observou que se questiona muito sobre os supostos grampos, mas pouco sobre o inquérito envolvendo Dantas.

Em resposta, o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, garantiu que as investigações continuam e que as respostas serão apresentadas nos prazos legais.

No curso da reunião da comissão mista, o general Jorge Armando Félix informou que a Abin não tem equipamento para realização de escuta telefônica, mas apenas aparelhos de varredura para identificar a existência de grampos. De acordo com notícias divulgadas pela imprensa, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, teria declarado o contrário, ou seja, que a Abin possui equipamento de escuta.

Heráclito Fortes (DEM-PI) declarou em entrevista que estava satisfeito com os esclarecimentos obtidos pela comissão mista sobre o papel da agência na Operação Satiagraha.

– Ficou esclarecido que houve uma cooperação institucional, não uma ação entre amigos – avaliou. A reconvocação das três autoridades, que já haviam participado à comissão no dia 9, foi motivada por divergência entre informações prestadas à CCAI e afirmações feitas na CPI das Escutas Telefônicas, da Câmara dos Deputados.

Alvaro quer repensar papel da agência

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ser favorável à existência de um sistema de inteligência, informação e contra-informação no país, mas observou que, para que tal sistema funcione eficazmente, é necessário repensar o papel da Abin.

– O que se noticiou mais recentemente é que a Abin realizou espionagem atingindo dois Poderes da República: o Judiciário e o Legislativo. Por muito menos um presidente da República perdeu seu mandato nos Estados Unidos – disse.

Operações

O senador elogiou a Polícia Federal pelas investigações realizadas em diversas operações, que, a seu ver, contribuíram de forma eficaz para a redução da impunidade no país, mas destacou que não é possível haver convivência com os equívocos cometidos por integrantes da instituição.

– Na verdade, o que prevalece até este momento é que houve uma espionagem que tem a chancela governamental, já que a Abin é um órgão do governo ligado à Presidência da República, com dirigentes nomeados pelo presidente, e com o objetivo de municiar o presidente e os ministros de Estado de informações privilegiadas.

Se não é isso que ela faz, ela tem de dizer ao país o que faz. Espionagem é o que não deve fazer. Se não fez, há que provar que não fez; se fez, há que apontar os responsáveis para o indispensável julgamento e eventual condenação e punição. Mas não deve fazer espionagem com carimbo oficial, não! – afirmou.



Alvaro: “Agência não deve fazer espionagem oficial”



Demostenes Torres quer permitir o protesto da Certidão de Dívida Ativa

Projeto facilita a cobrança de dívida pelo poder público

Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto de lei que permite o protesto da Certidão de Dívida Ativa – título que representa obrigações não pagas de particulares com o governo. O autor da proposta, senador Demostenes Torres (DEM-GO), observa que sua proposição vai contra a jurisprudência sobre o assunto. “Embora a Lei 9.492, de 1997, não seja explícita no sentido de proibir o protesto da Certidão de Dívida Ativa, a jurisprudência dos tribunais entendeu que essa certidão não é título passível de ser protestado”. Por isso, ressalta, a alteração é medida necessária.

Ao justificar seu projeto (PLS 150/08), Demostenes declara que, “ao credor privado, além da possibilidade de propor a execução judicial do seu título, é facultado o protesto dele”. Isso seria possível, diz o senador, “mesmo nas hipóteses em que o protesto é desnecessário para qualquer medida judicial, como forma de coagir o devedor ao cumprimento da obrigação”. Mas quando o credor é o poder público, conforme Demostenes, “somente é possível a execução judicial, cujo grau de efetividade é comprovadamente baixo”.

O senador argumenta que “esse meio de cobrança [o protesto] é vantajoso por ser rápido, ter alto grau de eficácia e dispensar a intervenção do abarrotado Poder Judiciário”. Dessa forma, afirma, seria possível aumentar “o grau de efetividade da cobrança dos tributos existentes sem necessidade de se recorrer ao Judiciário”.

A matéria altera a Lei 9.492/97 e a Lei 10.169/00. Além da apreciação na CAE, na qual aguarda designação de relator, a proposta terá de passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em que receberá decisão terminativa.

Aguarda sanção projeto de autoria de Osmar Dias que regulamenta o estágio profissional, definindo piso de um salário mínimo, direito a férias e carga horária

Renan destaca importância de novas regras para estágio

EM PRONUNCIAMENTO FEITO ontem, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) destacou a importância do projeto de lei que regulamenta o estágio profissional. De autoria de Osmar Dias (PDT-PR), a matéria aguarda a sanção presidencial, depois de ter sido aprovada pelo Senado e pela Câmara dos Deputados.

– Para se ter uma idéia de sua importância, o projeto prevê que os estagiários passarão a ter uma remuneração de pelo menos um salário mínimo. É uma bolsa-estágio, para que eles possam estudar e fazer estágio – afirmou.

Renan ressaltou que os alunos de ensino médio poderão ter um máximo de três horas diárias e de 15 horas semanais de estágio. Para os estudantes de nível superior, o estágio será de, no máximo, seis horas diárias e de 30 horas semanais. Os estagiários terão direito a férias remuneradas de 30 dias, após 12 meses de estágio na



Renan diz que é “urgente” pensar na juventude

mesma empresa. Poderão ainda recolher encargos sociais, com direito de contagem de tempo para a aposentadoria.

– É uma proposta justa, à frente da legislação de muitos países. Pensar em juventude e na sua inserção no trabalho é urgente – afirmou.

Licença-maternidade

Renan Calheiros também

destacou o projeto de lei que possibilita a ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses, apresentado pela senadora Patrícia Saboya (PDT-CE). A matéria foi sancionada na semana passada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– É uma grande conquista das trabalhadoras. A ampliação da licença-maternidade terá impacto direto na saúde dos recém-nascidos. A mãe, por exemplo, vai poder seguir a recomendação internacional de amamentar o bebê exclusivamente com leite durante os seis primeiros meses de vida – disse.

A ampliação da licença-maternidade, destacou o senador por Alagoas, diminui os gastos do Sistema Único de Saúde (SUS) com internações de crianças com até dois anos de idade, tendo em vista que o leite materno aumenta a imunidade dos bebês.



“Estamos diante de uma nova profissão”, afirma Romeu Tuma

Tuma propõe a regulamentação da atividade de DJ

Após constatar a ausência de respaldo legal para as atividades do *disc-jockey* (DJ), o senador Romeu Tuma (PTB-SP) apresentou projeto com o objetivo de regulamentar essa prática profissional. A proposta tramita na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e é relatada por Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

O projeto (PLS 740/07) regulamenta as atividades de DJ, de produtor DJ e do profissional de cabine de som DJ, incluindo-as entre as profissões de artistas e de técnico em espetáculos de diversões.

Conforme a proposta, o *disc-jockey* (o DJ e o profissional de cabine de som DJ) é aquele que cria seleções de obras fixadas e de fonogramas, impressos ou não, organiza e dispõe seu conteúdo, executa essas seleções e as divulga ao público por aparelhos eletromecânicos, eletrônicos ou outro meio de reprodução. Já o produtor DJ “é o que manipula obras fonográficas, impressas ou não, recriando, criando versões, remixando, fazendo montagens, mixagens, criando obra inédita, originária ou derivada”.

Registro

De acordo com o projeto, que altera a Lei 6.533/78, para exercer uma dessas profissões é necessária a obtenção de registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

“Julgo ser coerente dizer que estamos diante de uma nova forma de trabalho, de uma nova profissão que se desenvolve diante de um novo instrumento de trabalho. E essa nova profissão não está regulamentada pela legislação”, afirma o senador na justificativa do projeto.

Após análise na Comissão de Educação, o projeto será submetido à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Papaléo: é preciso reduzir infecções hospitalares

O senador Papaléo Paes (PSDB-PA) pediu ontem a votação, o mais rapidamente possível, do projeto de lei de sua autoria (PLS 124/04) que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção, pelos serviços de saúde, de um Programa de Controle de Infecções na Assistência à Saúde.

– Ao longo de muitos anos de carreira, tive a dor de ver incontáveis vidas serem ceifadas em razão de condições hospitalares inadequadas. A infecção é a mais frequente e grave complicação que atinge pacientes hospitalizados. Em média, cada

infecção hospitalar acrescenta cinco a dez dias ao período de internação, além de elevar os custos médicos, causar mortes e, como se não bastasse, permitir o surgimento de bactérias cada vez mais resistentes aos medica-



Papaléo pede votação rápida de projeto de sua autoria

mentos – explicou o senador.

Papaléo citou estatísticas que apontam que 15,5% dos pacientes internados têm infecções hospitalares, com destaque negativo para as unidades de terapia intensiva (UTI) e de queimados. De acordo com dados

do Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos, 30% das infecções hospitalares podem ser evitadas com a adoção de ações preventivas. No Brasil, continuou o senador, na avaliação dos serviços de controle desse tipo de infecção, o desempenho médio obtido foi de 35%. O pior resultado foi observado na direção dos hospitais, onde apenas 15% das atividades programadas estavam efetivamente sendo cumpridas.

Segundo o parlamentar, esse baixo envolvimento em ações de controle tem produzido resultados catastróficos. Além disso, as infecções hospitalares não se restringem aos hospitais. Ambientes aparentemente sem riscos, como consultórios dentários e postos de saúde, podem ser afetados por esse mal.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias • Papaléo Paes

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Morais
Tratamento de imagem: Braz Félix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Marina Silva elogia lançamento do Portal Amazônia na internet



Jonas Pereira

Marina pede que Câmara vote projeto de sua autoria sobre FPE Verde

O lançamento no último dia 7, pela Rede Globo, do Portal Amazônia (www.portalamazonia.com) na internet recebeu elogios de Marina Silva (PT-AC). Na opinião da senadora, o portal servirá como instrumento auxiliar de controle e participação social da região, pois monitora o desmatamento na Floresta Amazônica, por meio de dados de satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Marina elogiou também outro lançamento da emissora, o Mapa Interativo Amazônia. De acordo com ela, esse mapa exibe os últimos dados do Inpe na região, com base no Sistema

de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) e no Sistema Queimadas, que fornece dados sobre focos de incêndio em todo o país.

– O Mapa Interativo Amazônia é instalado no Orkut e permite que o usuário registre o seu protesto contra cada queimada ou foco de desmatamento que foi identificado. Apesar de seu protesto não ser um registro formal, ele é uma forma de pressionar – disse.

Fundo Verde

Marina aproveitou para defender projeto de sua autoria (PLS 53/00) que estabelece o “FPE Verde”, já aprovado pelo Senado. De acordo com a senadora, o projeto cria uma reserva do Fundo de Participação dos Estados para compor um fundo cujos recursos seriam destinados proporcionalmente às unidades de conservação federal e às terras indígenas, como forma de compensar aqueles estados que têm grandes áreas preservadas, como Roraima, Amapá, Acre e Amazonas. A senadora fez um apelo para a Câmara colocar o projeto em votação.

Jefferson Praia fala sobre efeito ecológico de pólo industrial

Jefferson Praia (PDT-AM) comentou estudo que, segundo o senador, “prova os benefícios do Pólo Industrial de Manaus (PIM) à natureza”.

Os autores do estudo – coordenado pelos professores Alexandre Rivas, José Mota e José Alberto da Costa Machado – usam modelos matemáticos para afirmar que, sem o pólo, a população do Amazonas teria de recorrer a alternativas econômicas danosas ao meio ambiente, como a extração de madeira e a agropecuária.

Os pesquisadores avaliaram o impacto do pólo industrial na proteção da floresta no estado do Amazonas em dois períodos distintos – até 1997 e entre 2000 e 2006. Até 1997, o PIM contribuiu para redução do desmatamento no estado do Amazonas em cerca de 85%, segundo o estudo. No período de 2000 a 2006, o trabalho mostrou que a pressão sobre a Floresta Amazônica diminuiu entre 70% e 77%, em razão da existência do parque industrial.

Jefferson Praia disse ainda que, de acordo com o estudo, o PIM pode ter evitado a emissão de carbono, responsável pelo



Geraldo Magliola

Jefferson: população deixa de recorrer a atividades danosas ao ambiente

chamado efeito estufa, numa faixa compreendida entre US\$ 1 bilhão e US\$ 10 bilhões no período de 2000 a 2006. O cálculo foi feito a partir do valor alcançado pelos créditos de carbono.

O senador comunicou a apresentação de requerimento à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) convidando os autores do estudo para, em audiência pública, falar sobre trabalho e divulgar as propostas de desenvolvimento sustentável para a região amazônica.

– É necessário olhar para a frente, pois os incentivos fiscais da Zona Franca têm data certa para expirar: em 2023 – frisou.

Senador avalia que “tranquilidade” do Brasil diante das turbulências na economia dos Estados Unidos é resultado dos “pilares” construídos nos governos FHC e Lula

Amadurecimento livrou país da crise, diz Cristovam

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF) disse ontem, em pronunciamento no Plenário, que a “tranquilidade” vivida pelo Brasil diante da crise financeira dos Estados Unidos não é resultante de circunstâncias atuais, mas fruto de um “amadurecimento” vivido pelo país nos últimos anos.

– Um pilar da tranquilidade está no governo FHC [o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso]. Outro pilar está no governo Lula. A tranquilidade que o Brasil vive é fruto de um amadurecimento, de um pacto não escrito pelos dois últimos governos – afirmou.

Para Cristovam, o Brasil amadureceu graças a uma política de responsabilidade fiscal e de “uma intervenção no momento certo”, que impediu a quebra do sistema bancário. O senador se referia ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao



Foto de J. Frenhas

Cristovam Buarque elogia “a política de responsabilidade fiscal” e o Proer

Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), adotado pelo governo de Fernando Henrique.

– O americano está fazendo um Proer caótico. Aqui pelo menos foi organizado. Evitou a quebra de bancos. As conseqüências [da quebra] são mais graves do que o dinheiro que se gasta. Foram medidas necessárias, como estão sendo necessárias nos Estados Unidos – disse.

Cristovam também alertou

para três fatores que, avalia, podem ameaçar a atual “tranquilidade” da economia nacional: o aumento dos gastos públicos; o déficit na balança comercial; e o perfil dos produtos de exportação.

– A longo prazo, a economia do Brasil não vai conseguir florescer se não mudarmos o perfil do produto de exportação brasileiro. Ter

a economia baseada na exportação de ferro, soja e bens primários é contra o tempo. No século 21, os setores de exportação serão aqueles com produtos de alto teor tecnológico. Isso exige investimentos em ciência, tecnologia e educação – ressaltou.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) observou que o Brasil vem diversificando a sua pauta de exportações, ao contrário do que ocorria há 30 anos.

Mesquita Júnior tem proposta para o Parlasul

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) relatou ontem ao Plenário a proposta, defendida por ele durante a reunião do Parlamento do Mercosul que terminou terça-feira, em Montevidéu, capital do Uruguai, a respeito do formato da eleição de representantes brasileiros para o órgão. Em sua opinião, cada unidade da Federação brasileira deveria eleger, pelo voto majoritário, dois representantes para compor o Parlamento.

– O Mercosul é um assunto que diz respeito a todo o país. Não pode permanecer como objeto de preocupação e de atuação dos estados fronteiriços dos países que fazem parte desse grande organismo – disse.

Em seu pronunciamento, Mesquita Júnior referiu-se também ao projeto do governo brasileiro, apresentado na reunião pelo ministro da

Defesa, Nelson Jobim, de constituição de um Conselho de Defesa da América do Sul. O órgão seria composto pelos ministros de Defesa dos países do subcontinente. Ele comentou ainda a deliberação do Parlamento sobre uma declaração ampla de apoio ao regime democrático da Bolívia.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) parabenizou Mesquita Júnior pelo trabalho desenvolvido no Parlamento do Mercosul.

Seringueiros

Mesquita Júnior anunciou a apresentação de projeto de lei, propondo alteração na Lei 7.986/89, com o objetivo de instituir abono anual para os beneficiários da pensão mensal vitalícia dos “soldados da borracha”. Os “soldados” são seringueiros que, durante a Segunda Guerra Mundial, extraíram na Floresta Amazônica látex para produção de borracha pela indústria bélica norte-americana.

Mesquita Júnior quer dois representantes por estado



Foto de Geraldo Magliola

Suplicy declama versos em homenagem a poetisa do Piauí que ajuda meninos de rua

Antecipando sua homenagem ao Dia das Crianças, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem em Plenário versos escritos pela poetisa Aury Lessa, com base em cantigas de roda. Segundo o parlamentar, os poemas refletem as preocupações sociais da artista, que tem um trabalho voltado para a melhoria das condições de vida de meninos e meninas de rua.

Suplicy disse em seu pronunciamento ter conhecido Aury Lessa em recente viagem ao Piauí, mais especificamente à localidade de Cajueiro da Praia, onde ela mantém uma pousada. Ali, o senador e sua companheira Mônica de Abreu Dallari estiveram hospedados no mês de agosto.

– Quase todo final de tarde, além

de fazer suas orações, ela costuma compor lindos poemas que levam em conta aquela tão bela paisagem. Os poemas fazem lembrar de como eram felizes as crianças quando podiam brincar nas ruas, becos e praças ao som do violão – recordou o senador.

Na opinião de Suplicy, o mundo adequado para as crianças se

desenvolverem e se tornarem adultos melhores deve levar em conta a possibilidade de apreciarem a natureza e viverem na presença de pessoas que lhes ensinem “os caminhos do amor, da verdade e da justiça”.

Eduardo Suplicy encerrou seu discurso entoando a canção *Criança Feliz*.

Ônibus velho pode ser proibido para transporte coletivo

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto determinando que, no transporte coletivo urbano, não poderão ser utilizados veículos com mais de dez anos de fabricação – a não ser que recebam laudo de aprovação de inspeção veicular do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

O autor da proposição (PLS 333/08), senador Marconi Perillo (PSDB-GO), cita dados fornecidos pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) que indicam um aumento de 90% da frota de veículos no Brasil desde 1998. “Agravam a situação as deficientes condições técnicas dos veículos em circulação, em decorrência da precariedade da manutenção e do envelhecimento da frota”, argumenta.

Segundo Marconi, apesar da entrada de expressivo número de veículos novos no mercado a cada ano, 42% do total da frota atual é constituída de veículos com mais de dez anos de fabricação – ainda segundo o Denatran. Essa proporção era de 37% em 2000 e de 39% em 2006.

Vulnerabilidade

“Veículos velhos, devido à própria fadiga do material de que são constituídos, são mais vulneráveis que os novos às condições adversas encontradas no trânsito urbano, estando sujeitos a quebras e falhas no sistema de freios ou de suspensão, entre outros”, explica o senador.

No caso do transporte coletivo, ele avalia que a questão da idade da frota ganha contornos ainda mais amplos. Observa, ainda, que os veículos devem apresentar condições técnicas adequadas à prestação eficaz do serviço a fim de não comprometer a qualidade de vida dos usuários e da sociedade, nem o desempenho da economia da comunidade, visto que muitas pessoas utilizam os ônibus, micrônibus e vans coletivos para ir ao trabalho.

Para o senador, a vistoria veicular realizada pelo Inmetro ou órgão conveniado dele pode fazer com que acidentes graves envolvendo o transporte coletivo sejam evitados, assim como enguiços que causam retenção de veículos na via pública.

Marconi lembra também dos ganhos ambientais “na medida em que veículos modernos são, geralmente, mais econômicos em termos de consumo de energia e de emissão de poluentes”.

O projeto, em fase de recebimento de emendas, será votado na CCJ em decisão terminativa.



Marconi: veículo novo é mais seguro e melhora qualidade de vida do cidadão

Simon afirma que proposta contribuirá para oferecer ao produtor rural as condições necessárias para o desenvolvimento de suas atividades e o pagamento de dívidas



Edson Rodrigues/Secom-MT

Colheita de milho em Mato Grosso: impenhorabilidade de instrumentos de trabalho não está ainda garantida aos agricultores

Projeto acaba com a penhora de equipamentos agrícolas

ENCONTRA-SE EM EXAME na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que torna impenhoráveis máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a produtores rurais. A matéria, que será relatada pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS), já havia sido objeto de projeto anterior, apresentado por Simon, em 1999, aprovado no Senado e rejeitado pela Câmara dos Deputados.

A proposta (PLS 151/08) inclui entre os bens impenhoráveis, relacionados no artigo 649 do Código de Processo Civil (Lei 5.869/73), as máquinas, os equipamentos e os implementos agrícolas que pertençam a produtores rurais – pessoa física ou jurídica. Não são cobertos pela medida os bens penhorados para fins de seu próprio financiamento.

Simon explicou, na justificativa da proposta, que a Lei 11.382/06 inseriu inciso V no artigo 649 do Código de Processo Civil para tornar impenhoráveis “os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao

exercício de qualquer profissão”. No entanto, observou o senador, a previsão legal tem beneficiado apenas as atividades profissionais urbanas.

O parlamentar informou que, apesar de o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em processo relatado pelo ministro Sálvio Figueiredo Teixeira, ter reconhecido a impenhorabilidade do trator usado pelo produtor rural como ferramenta necessária para a prática profissional, os bancos continuam a promover execuções com penhora de tratores, máquinas e outros implementos agrícolas dos produtores rurais, muitas vezes, com o auxílio de força policial.

Pagamento de dívidas

Na opinião do senador, a maior parte dos casos de inadimplência dos produtores rurais se deve a fenômenos climáticos e à “insensatez dos governos”. A aprovação do projeto, diz Simon, poderá contribuir para oferecer ao produtor as condições necessárias ao desenvolvimento de suas atividades e ao pagamento de suas dívidas.

Após aprovação da proposta na CRA, a matéria será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.



Para Simon, “insensatez dos governos” leva à inadimplência em decisão terminativa.

Osmar Dias quer fundo para facilitar crédito rural

Um dos principais problemas enfrentados pelos produtores rurais para aquisição de crédito – a falta de garantias para obtenção de novos financiamentos – poderá ser superado se for aprovado projeto de lei do senador Osmar Dias (PDT-PR) que cria o Fundo de Aval para Proteção ao Crédito Rural (FAPCR). Com o aval do fundo, os bancos poderão dispensar a apresentação de outras garantias para a concessão do financiamento.

De acordo com o projeto (PLS 303/07), o agricultor ou o pecuarista poderá contratar a operação de crédito rural e, no mesmo momento, realizar também a contratação do aval do FAPCR.

Em caso de inadimplência, determina a proposta, o fundo quitará a dívida com o banco



Parlamentar ressalta a dificuldade do agricultor para oferecer garantias

e, de forma automática, abrirá operação de crédito com o produtor rural. A operação será reajustada pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) e terá de ser paga pelo produtor rural em até 24 meses.

Embora a taxa Selic normalmente seja superior às do crédito rural, explicou Osmar Dias, a adoção do índice de reajuste nas operações realizadas por quem utilizar o fundo tem a finalidade de evitar a inadimplência.

Segundo consta do projeto, o fundo de aval será constituído por recursos decorrentes da cobrança de Comissão de Concessão de Aval (CCA), a ser efetuada pelo gestor do fundo, em cada operação de crédito rural, pela complementação da garantia prestada e pelo resultado da aplicação financeira dos recursos obtidos.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) já aprovou parecer favorável ao projeto. Agora a matéria está em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Rádio Senado é finalista em premiação

Com a matéria “A gota de sangue – histórias de uma poetisa menina de rua”, o jornalista Sérgio Vieira, da Rádio Senado, foi indicado como um dos finalistas do Prêmio Imprensa Embratel. O prêmio é oferecido anualmente a trabalhos jornalísticos sobre temas brasileiros de interesse da sociedade e que contribuam para a solução de problemas, possibilitando a melhoria da qualidade de vida no país.

O trabalho foi baseado no livro *A queda para o alto*, de Sandra Mara Herzer, no qual a autora conta sua história, desde sua passagem pela Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem), dos 14 aos 17 anos, quando o então deputado estadual Eduardo Suplicy, sensibilizado com os poemas e com a trajetória de Sandra, deu-lhe uma oportunidade de trabalho em seu gabinete.

Sérgio Vieira explica que a idéia para a matéria surgiu quando, no ano passado, ouviu o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fazer uma menção aos 25 anos de lançamento do livro de Sandra Herzer.

– Coincidentemente, eu estava presente no Plenário e lembrei que o assunto daria uma matéria interessantíssima. Esse livro foi praticamente um dos primeiros que eu li na minha vida. É a história dela e seus poemas, que considero inspiradíssimos – explicou o jornalista.

Recorde

Esta é décima edição do Prêmio Imprensa Embratel, com uma relação de 51 reportagens finalistas. Neste ano, a competição bateu recorde de inscrições, recebendo 1.231 reportagens de 1.116 jornalistas de todo o país. Os trabalhos selecionados estão concorrendo a premiações que totalizam R\$ 166 mil, distribuídos em 17 categorias.

É a primeira vez que Sérgio Vieira participa da competição, mas é o segundo ano consecutivo em que a Rádio Senado concorre ao prêmio.